



Após a reunião ministerial sobre a redefinição da ODA, em Washington, em Abril, a DFI ajudou a OIF e o Secretariado da Commonwealth na mobilização de funcionários dos países em desenvolvimento para um seminário organizado pela OCDE.

Doze países trocaram pontos de vista sobre as fontes e tipos de financiamento que eles preferem, e discutiram a metodologia da OCDE em termos de definição e publicação de estatísticas e outros fluxos de APD.

Eles recomendam que a OCDE i) garanta que o monitoramento do fluxo de "além da APD" não resulte na diluição do compromisso dos países da OCDE de contribuir com 0,7% do seu orçamento para a APD; ii) realize uma ajuda de monitoramento mais adequado para o seu planejamento nacional; iii) harmonize métodos de cálculo com os da concessionalidade FMI usando uma única taxa de desconto de 5% em vez de usar um cálculo ponderado com base nos riscos que poderiam favorecer o aumento da concessão de mais empréstimos para países altamente endividados; e iv) supervisione outros orientados para o desenvolvimento (formal ou do sector privado) em termos líquidos de fluxo, e através de um processo colaborativo envolvendo a ONU, os bancos multilaterais de desenvolvimento e organizações ONG Coordenação e fundações. A este respeito, uma carta dos países em desenvolvimento da OIF será enviada brevemente ao Comité de Ajuda (DAC).